



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

As pessoas dizem sempre que a falta de talentos em Macau impede o desenvolvimento da sociedade. Na realidade, mais de 80% dos jovens frequentam o ensino superior, creio que se trata de uma das mais elevadas taxas de frequência a nível mundial, mas há quem entenda que os que frequentam o ensino universitário são apenas talentos do futuro e não do presente. De facto, algumas pessoas que frequentaram o ensino superior dizem que em Macau - uma cidade em que se dá mais importância às relações pessoais do que às habilitações - não há oportunidades para o seu desenvolvimento profissional. É provável que existam inúmeras pessoas de diferentes áreas profissionais que só podem trabalhar nos casinos, ou que são vendedores e agentes de seguros. Segundo um ditado chinês, há que rentabilizar os recursos humanos para se poder avaliar as qualidades e os defeitos de qualquer sociedade, e se não for possível fazê-lo, não se podem imputar responsabilidade aos governantes. Não restam dúvidas de que não há sociedades ideais, portanto, há desperdícios de talentos e de recursos.

Há dias, durante a sessão de debate das linhas de acção governativa, o Secretário Raimundo do Rosário lamentou, novamente, a falta de talentos em Macau, e afirmou que algumas empresas que tencionam candidatar-se ou que já se candidataram a concursos públicos para obras do Governo dizem que não conseguem ter o número de profissionais exigidos no caderno de encargos. Mas depois o Secretário afirmou que em Macau não existem assim



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

tantos talentos, uma afirmação que até faz com que um surdo consiga ouvir. Devemos também prestar atenção ao seguinte: após a entrada em vigor da Lei n.º1/2015 (Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo), foi recusada a inscrição a um grande número de engenheiros, que se viram impossibilitados de manter a sua qualidade de engenheiro e acabaram por ser prejudicados. É de estranhar que engenheiros que continuam a exercer a sua actividade tenham perdido a sua qualidade de engenheiros devido às novas regras e ao novo regime do Governo. Em termos teóricos, aqueles que sempre exerceram a profissão sem cometerem erros graves deviam ser considerados talentos no respectivo sector, mas infelizmente foram desqualificados. O Governo lamenta-se da falta de talentos, mas está a desprezar algumas pessoas que eram talentos. Isto não é ridículo?

Na altura da elaboração da lei, ficou garantido, tanto no papel como através das promessas dos governantes, que a lei não ia ser um obstáculo para os profissionais inscritos e que se encontrassem a exercer funções. O n.º1 do artigo 66.º da lei define, claramente, que: “para efeitos de registo no CAEU, ficam dispensados dos requisitos previstos nas alíneas 2) e 3) do n.º 1 do artigo 12.º os profissionais do sector privado, titulares de graus académicos referidos na alínea 1) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 2.º, que à data da publicação da presente lei se encontrem inscritos na DSSOPT ou já exerçam funções na RAEM nos domínios da construção urbana ou do urbanismo, desde que requeiram o registo no prazo de dois anos a contar da data da entrada em vigor da presente lei”, isto é, são dispensados do estágio e do



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

exame de admissão. Não restam dúvidas de que a criação de um regime de credenciação profissional exige que se assegure, em primeiro lugar, uma transição sem sobressaltos dos profissionais que já estão inscritos ou que já são qualificados, só os novos é devem sujeitar-se às novas regras dos regimes de registo e de inscrição. Mas, a realidade é que foram indeferidos os pedidos de inscrição ou de registo de engenheiros que possuem as respectivas habilitações académicas e que estão a exercer funções, ou que já se tinham inscrito como engenheiros no antigo regime. Esta reviravolta do Governo demonstra bem que não são rentabilizados os recursos humanos locais, portanto, o Governo não pode esquivar-se dessa responsabilidade.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo lamenta-se da falta de talentos profissionais mas, depois da entrada em vigor do Regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo, desqualificou um grupo de pessoas que exerciam funções na área da engenharia ou que estavam inscritos como engenheiros no antigo regime, que ficaram agora desempregados. Isto é mesmo ridículo! O Governo deve ponderar devolver-lhes o título profissional, para que possam dar o seu contributo a Macau. Vai fazê-lo?

2. Que se saiba, a recusa de inscrição daquelas pessoas que foram desqualificadas deve-se, principalmente, ao facto de os cursos do ensino superior que frequentaram não abrangerem as 13 áreas de especialização definidas, o que significa que o conteúdo dos cursos foi sujeito a reapreciação. Foram adoptados os actuais critérios para apreciar o conteúdo de cursos de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

anos anteriores ou até de cursos de há mais de 10 ou 20 anos, e verificou-se que algumas disciplinas actualmente exigidas não faziam parte dos respectivos planos curriculares, e foi esta a razão utilizada para recusar a inscrição. O Governo deve ponderar designar algumas instituições de ensino superior, de Macau ou fora de Macau, para abrir cursos destinados ao referido grupo de pessoas, a fim de complementar as exigências da lei e permitir a reinscrição dos que foram prejudicados pela nova lei. Só assim será possível minimizar os prejuízos causados e aumentar efectivamente o número de profissionais experientes, para resolver a falta de talentos. O Governo vai fazê-lo?

3. Há alguns anos, o Governo criou uma reserva de talentos, quais foram os resultados disso? Esses resultados vão ser divulgados, para a sociedade se inteirar da situação dos talentos de Macau? Foram detectadas omissões? O Governo deve recorrer aos resultados desta reserva para servirem de instrumento à formação e à racionalização de talentos. Vai fazê-lo?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Au Kam San

21 de Dezembro de 2017